

# LISTA A

Dignificar a classe  
Pela Defesa da Profissão.

## Caros Colegas,

**Quando** se discute e está na ordem do dia a abertura da classe e a perda de tudo quanto, passo a passo, a APAJ foi conseguindo ao longo dos seus mais de 25 anos de existência, impõe-se um grito de alerta e um reunir de esforços que só esta **Lista A**, está capaz de materializar na defesa intransigente dos interesses de todos os associados.

**Quando**, nunca como agora, em que estão em discussão pública e em processo legislativo, importantes diplomas legislativos e existe uma percepção generalizada de que a nossa atividade corre perigo e a sua profissionalização, parece cada vez mais distante,

**Quando**, é reconhecidamente aceite por todos que a profissão está descredibilizada e sob grande pressão,

**Quando**, nos debatemos todos os dias perante gritantes arbitrariedades que não dignificam os Tribunais, a Profissão e a função social que como agentes e colaboradores da Justiça que somos, temos o dever desempenhar e zelar,

**Quando**, sentimos que o rumo traçado nos últimos anos, não acolhe as reais expectativas dos associados e a defesa intransigente dos interesses de cada um nós,

**Quando**, sentimos que a Lei e o EAJ não são cumpridos e alguns Tribunais continuam a aplicar critérios que obstaculizam a igualdade de oportunidades e inviabilizam o pleno exercício da profissão,

**Quando**, sentimos que a CAAJ não desempenha a sua função com os poderes e atribuições que lhe estão conferidos na sua convivência de percorrer o seu caminho ao nosso lado e limita a sua atividade a uma função fiscalizadora e repressiva, aplicando sanções no âmbito de quadro sancionatório inqualificável,

**Quando**, a ação formativa da CAAJ, se limita a ministrar uma formação profundamente teórica, em detrimento de uma ampla e despretensiosa formação prática, tão desejada por todos,

**Quando**, sentimos que os meios e os instrumentos que nos são concedidos para desempenhar as nossas funções diárias, como sejam a plataforma Citius e o E-Leilões não nos permitem tramitar, com a urgência que nos exigem, as liquidações que nos são confiadas,

**Quando**, apesar de todas as promessas que nos tem sido sucessivamente feitas, continuamos a não ter acesso às bases de dados da AT e da SS,

**Quando**, nos são abusiva e flagrantemente aplicadas coimas e sanções disciplinares por factos que não nos podem objetivamente ser imputados,

**Quando**, é feita uma aplicação arbitrária da lei que determina o pagamento das remunerações fixas e os recursos não nos são admitidos, por questões meramente processuais, em detrimento da razão que nos assiste e as recentes alterações legislativas não garantem a clarificação que se impunha,

**Quando**, continuamos a aguardar pela regulamentação da Portaria, que venha fixar a RF e a RV dos AJP, nos PER's e PEAP's que nos são confiados,

**Quando**, continuamos a aguardar pela criação de uma tabela de cálculo das RV's aplicável aos processos de revitalização,

**Quando**, estatutariamente, nos impõem deveres que podem colocar em risco o nosso património pessoal e somos alvo de coimas completamente desrazoáveis, face aos reais poderes que nos são conferidos, mas nos impedem de sermos representados por uma Ordem Jurídica,

**Quando**, a nossa imagem pública é descredibilizada e se apontam aos AJ responsabilidades, que a sua generalidade não tem,

***É chegado o momento de mudar!***

Mudança que só a **LISTA A**, está em condições de assegurar.

Para tanto e com o **VOTO DE CONFIANÇA** de cada um de vós, propomo-nos com a mesma lealdade, o rigor e o profissionalismo que incutimos no nosso dia a dia, trabalhar em proveito de todos, na defesa dos interesses da classe e em prol do associativismo, dando o melhor de nós em proveito dos interesses legítimos que nos propomos defender intransigentemente, unificando a classe.

Para tanto, ainda que singela e despretenciosamente, queremos aqui deixar as ideias programáticas da **LISTA A**, que nos propomos trabalhar ao longo do próximo biénio, contando naturalmente com a V. preciosa ajuda e a pronta colaboração de todos os associados.

## PROGRAMA ELEITORAL DA LISTA A

### I - Acompanhamento sistemático e interventivo do Processo Legislativo:

1. Acompanhamento e intervenção direta, sempre que solicitada, em todas as matérias relacionadas com a atividade do AJ, criando grupos de trabalho capazes de influenciar e de fazerem ouvir os reais interesses da profissão;
2. Criar canais de comunicação com os órgãos e instituições que decidem as matérias mais relevantes para a atividade, preferencialmente com os Grupos Parlamentares, com a Assembleia da República, com os Gabinetes e Ministérios da Justiça, da Economia, com a Autoridade Fiscal, com a Segurança Social, Economia, da Justiça, entre outros;
3. Pugnar pela melhor e mais justa transposição da Diretiva Comunitária que servirá de pedra de toque a todo o processo insolvencial na próxima década;
4. Impor a participação ativa da APAJ na redação e regulamentação das Leis e Portarias que regulamentam a nossa atividade e com as quais iremos trabalhar, impedindo que sejamos constantemente surpreendidos com Leis que nos afetam e sobre as quais os AJ's enquanto operadores judiciais nunca são ouvidos;
5. Contribuir na clarificação da tão prometida Portaria que virá regulamentar a fórmula de cálculo da remuneração variável devida ao AJP;
6. Exigir a clarificação da fórmula de cálculo aplicável à remuneração variável através da situação líquida do devedor, sob pena de aplicabilidade prática da mesma nos processos de reestruturação;
7. Criar condições e impor soluções que permitam o pagamento das remunerações devidas aos AJP's adiantadas pelo IGFEJ em todos os processos e não apenas nos casos em que existe apoio judicial.
8. Exigir a clarificação da fórmula de cálculo aplicável à remuneração variável através da situação líquida do devedor, sob pena de aplicabilidade prática da mesma nos processos de reestruturação;
9. Exigir o conhecimento do algoritmo inerente aos critérios de distribuição aleatória dos processos aos Administradores Judiciais;

## II - Plataformas Eletrônicas

1. Continuar a sugerir, junto das entidades competentes, medidas tendentes à facilitação da utilização do CITIUS por parte dos Administradores Judiciais e de outros intervenientes processuais.
2. Reiterar junto da CAAJ, IGFEJ e DGAJ, a necessidade de formação contínua, na vertente eminentemente prática, de modo a proporcionar aos Administradores Judiciais uma cada vez melhor utilização das Plataformas colocadas à disposição dos AJ, Citius e Signius.
3. Adaptação da Plataforma E-Leilões às necessidades específicas dos AJ's, pugnando pela sua melhoria de modo a tornar mais céleres e transparentes a fase da liquidação de ativos;
4. Exigir a criação de uma entidade, idónea e independente, capaz de responder em prazo razoável aos pedidos de validação e aprovação dos Leilões Eletrónicos;
5. Exigir o reconhecimento de outras entidades capazes de auxiliar os AJ nas liquidações dos ativos em condições de igualdade com a Plataforma e-leilões;
6. Insistir junto dos Tribunais do Comércio, do CSM, da PGR, do Provedor de Justiça, da DGPJ e IGFEJ, pelo cumprimento da Lei e pela obrigatoriedade da utilização da plataforma de nomeações de forma a garantir a aleatoriedade e equidade previstas na mesma lei, sem prejuízo das exceções consagradas na mesma.
7. Solicitar junto do IGFEJ esclarecimentos quanto aos critérios e pressupostos do PINAE, obrigando o IGFEJ ao cumprimento das recomendações e alterações aprovadas pelo CSM e pela CAAJ, mas ainda não implementadas, nomeadamente no que diz respeito às nomeações para fiduciário.

### III - Acompanhamento dos Administradores Judiciais.

1. Acompanhar de perto o início das consultas às diversas bases de dados previstas para o ano que vem, de modo a perceber se existem ou não lacunas e insuficiências que devam ser melhoradas.
2. Intervir junto da CAAJ pela melhoria das ações de formação, pugnando por uma formação mais prática, em detrimento das mais teóricas e muito técnicas e com pouca utilidade prática, que conduzem à desmobilização dos AJ's.
3. Elencar junto da CAAJ, após auscultação dos associados, um conjunto de ações de formação realmente interessantes e tendentes ao cabal esclarecimento de assuntos controversos e cuja jurisprudência é diversa e contraditória.
4. Criar um gabinete de apoio jurídico, embora com as limitações impostas pela Ordem dos Advogados, de modo a dar resposta às dúvidas dos AJ' s em tempo útil.
5. Dinamizar permanentemente o sítio da APAJ bem como as redes sociais com notícias relevantes e informação jurídica.
6. Promover o convívio e debate de ideias construtivas entre Colegas, organizando eventos de discussão e convívio social;
7. Diligenciar no sentido de encontrar forma de tornar o seguro de responsabilidade civil mais competitivo e acessível a todos os AJ's.
8. Diligenciar junto do Ministério da Justiça para se encontrar forma de tornar os processos mais ágeis, nomeadamente com o aumento de Tribunais e/ou Juízos bem como de pessoal auxiliar.
9. Pugar pela revisão da Lei da CAAJ, nomeadamente dos seus artigos 30º (Taxa de Acompanhamento, Fiscalização e Disciplina dos Auxiliares de Justiça) e 10º, nº 4 (Parecer não vinculativo dos representantes dos AJ's e dos AE's no Órgão de Gestão da CAAJ);
10. Promover e dignificar a imagem pública dos AJ, não só no seio dos restantes operadores judiciais, mas também na dignificação da profissão junto da sociedade;
11. Continuar a alimentar a ideia que a nossa profissão merece ser reconhecida por todos e que a defesa dos interesses da classe passa pela criação de uma ordem profissional;

#### **IV – Fiscalidade.**

1. Trabalhar afincadamente pela uniformização dos procedimentos fiscais;
2. Pugnar pela defesa dos direitos dos Administradores Judiciais no que diz respeito às reversões fiscais abusivas por parte da Administração Fiscal e da Segurança Social.
3. Pugnar pela irresponsabilidade dos AJ's, nos termos do nº 3 do Art.º 65º do CIRE, contra as imposições indevidas da administração fiscal, que cria entraves sistemáticos ao nosso trabalho.
4. Dinamizar a criação de um gabinete de apoio fiscal para auxiliar todos os AJ's quanto às dúvidas e ilegalidades com que somos confrontados pela AT e SS.
5. Estabelecer pontes e canais de comunicação privilegiados com a AT e com SS, contribuindo nos processos legislativos junto do Ministério das Finanças, tendentes à real viabilização dos processos de recuperação das empresas de modo a salvaguardar a sua continuidade enquanto agentes económicos.

Com a V. Confiança e com o contributo de Todos, conseguiremos dignificar a classe.

**Vota Lista A.**